



## **INVESTIGAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA UEB DR. OLIVEIRA ROMA**

Gabriela Bessa de Sousa

*Universidade Federal do Maranhão*

*gabriela\_bessa1@hotmail.com*

### **RESUMO**

Diante de um histórico repleto de gestão burocrática e autoritária, a escola veio ao longo do tempo se modificando através de novas técnicas de administração. Os Conselhos Escolares surgiram como uma forma de intervenção de outros segmentos escolares em busca de uma gestão mais democrática. O conselho escolar serve como uma organização social e pretende ser um espaço democrático na qual as pessoas que o compõem, sejam participantes ativos e críticos durante a execução das políticas e dos programas escolares. O conselho tem a função de incluir componentes de todas as áreas da escola, incluindo também a comunidade nas tomadas de decisões, além de que tem a importância para que todos estejam cientes das informações do que acontece no interior da instituição escolar. Neste sentido, esta pesquisa de cunho bibliográfico e de campo, tem como objetivo trazer a importância de uma gestão democrática para o melhor funcionamento das escolas, assim como trazer resultados sobre a gestão da Unidade de Educação Básica Dr. Oliveira Roma em São Luís do Maranhão. Notamos através desta pesquisa que a participação da comunidade no Conselho Escolar é uma forma de estratégia para superar a administração autoritária como se encontrava antigamente, sendo assim, encontramos na UEB Dr. Oliveira Roma uma gestão aberta e flexível, que envolve a todos e que possibilita a aproximação não só entre os segmentos internos da escola, mas externos também, afinal, ao serem ativos na escola, os cidadãos se fazem sujeitos portadores da democracia e se tornam politicamente ativos, pois exercem suas próprias responsabilidades sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade, Conselho Escolar e Gestão Democrática.



## INTRODUÇÃO

Vivemos de um contexto histórico na qual os regimes liberais eram oligárquicos, elitistas e tinham participação limitada, adotavam apenas uma pequena parcela de pessoas nas decisões sociais, por isso eram conhecidos como cidadãos ativos (Hora, 2007). Hoje vivemos em um contexto de regime liberal-democrático e segundo Coutinho (2002) a democratização tem valor universal, abrangendo toda a sociedade e não somente uma parcela.

Um grande teórico que contribuiu com esse pensamento é Rousseau, que compreende a democracia participativa e direta e que não se podem idealizar regras que excluam a ideia de soberania popular. Sendo assim, entendemos que a democratização é exercida pela sociedade para atender as necessidades da própria sociedade. Além disso, espera-se ações governamentais democráticas que estejam voltadas para o atendimento das camadas com baixa renda e que são economicamente excluídos, por isso, o Estado deve oferecer políticas sociais que atendam a essa camada principalmente. A educação é uma política social, pois a escola vem como uma entidade que busca o atendimento de maneira democrática e uma das ferramentas utilizadas para a concretização desse ato é a existência do Conselho Escolar Democrático.

O conselho escolar serve como uma organização social e pretende ser um espaço democrático na qual as pessoas que o compõem, sejam participantes ativos e críticos durante a execução das políticas e dos programas escolares. O conselho tem a função de incluir componentes de todas as áreas da escola, incluindo também a comunidade nas tomadas de decisões, além de que tem a importância para que todos estejam cientes das informações do que acontece no interior da instituição escolar, assim como sua atuação externa.

Também chamado de colegiado, o conselho é formado por professores e servidores 50%; pais ou responsáveis - 25% e estudantes - 25%. O diretor da escola é o presidente do conselho e os regulamentos assim como regimento próprio, são aprovados em assembleia. É pelo conselho que as pessoas ligadas à escola decidem sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos tornando-se um instrumento de participação democrática. Outros aspectos são levados em conta, como capacitar todos os segmentos, todas as pessoas envolvidas no ambiente escolar, consultar a comunidade, institucionalizar a gestão democrática e principalmente tornar as informações e negociações transparentes.



## 2. CONSELHOS ESCOLARES

Os conselhos presentes na história das civilizações sempre se situaram como um elemento de comunicação entre o Estado e a sociedade, no que diz respeito as defesas dos interesses das elites, tutelando a sociedade, porém esse contexto veio mudando e se tornando de maneira mais incisiva nos tempos atuais, buscando a cogestão das políticas públicas e se constituindo canais de participação popular na realização do interesse público. Para tal efeito, é necessária a gestão que tem como fundamento organizar-se e atender regularmente a objetivos e finalidades. A gestão da educação escolar no Brasil está respaldada em leis e normas da área federal, estadual e municipal o que significa que é desses sistemas legais que partem as diretrizes da gestão, percorrendo o currículo até o financeiro.

“A autonomia da escola, está por meio de transferência direta de recursos a serem aplicados pelos Conselhos.” (BORGES, 2004, p. 80). Com isso, vale destacar que existem vários tipos de conselhos, como o Conselho de Classe, que acompanha os alunos e seus rendimentos escolares; Conselhos Escolares que discute e avalia o funcionamento da escola como um todo, com expressão significativa da comunidade; Conselhos de Controle Fiscal e Social que controlam o dinheiro público investido; Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de educação, que são órgãos de caráter normativo; Conselho Tutelar que protege as crianças e adolescentes segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; entre outros diversos conselhos. Sendo assim, percebemos que os conselhos são como um elo entre o Estado e a Sociedade e tais conselhos não existem para terem um espírito burocrático, mas para serem órgãos com autonomia de sistema e dinamicidade. Sua função é prestar serviços de educação e cooperar com zelo pela aprendizagem nas escolas brasileiras. Podemos analisar em lei que o Conselho Nacional de Educação foi criado pela Lei nº 9131/95 e confirmado no art. 9º da LDB que diz: “Na estrutura educacional haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

No espaço específico que a sociedade reservou para vincular o conhecimento que se julga importante transmitir às novas gerações, chamado de escola, há mecanismos de organização com função de atender as diversas classes sociais. A escola é composta por estrutura física, estrutura administrativa e estrutura social. Dentro da estrutura administrativa, encontramos como núcleo a gestão pedagógica e suas formas de funcionamento, uma delas é o conselho escolar,



estratégia de adoção de uma gestão democrática, esta por sua vez, deve possuir estrutura social, que consiste nas relações escola/família/comunidade na construção da qualidade do processo educativo e o bom desenvolvimento escolar.

A educação é a principal estrutura que apoia o desenvolvimento social de uma nação e a gestão democrática é necessária para que a escola responda as necessidades da sociedade local. Sendo assim, a característica de gestão democrática na escola é a existência do Conselho Escolar na qual este possua os valores, crenças e ideologias da comunidade local, pois a escola "produz uma cultura interna que lhe é própria e que exprime os valores e crenças que os membros dela partilham" (Nóvoa). Neste sentido, entramos em questão sobre a democracia no Conselho Escolar, pois democracia é:

Regime político da soberania popular, porém com respeito integral dos direitos humanos. A fonte do poder está no povo que é radicalmente o titular da soberania e que deve exercê-la – seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. (BENEVIDES, 2002, p.72.)

Fazendo referência ao início do PCN – Parâmetro Curricular Nacional, observamos uma abordagem do currículo democrático e, apesar de ter base comum para ser aplicada em todo país, o PCN respeita os valores de cada região e deixa uma abertura para que cada escola lhe aplique como necessária a partir da cultura local. Essa abertura que nos é exposta confirma a importância da democracia, pois a mesma na escola é uma poderosa contribuição para o processo de democracia do país.

Ao serem ativos na escola, os cidadãos se fazem sujeitos portadores da democracia e se tornam politicamente ativos, pois exercem suas próprias responsabilidades sociais, afinal, não é somente um direito do cidadão, mas também um dever ser ativos, cobrar e usufruir dos benefícios da organização de uma entidade pública. Por isso, cabe a população a responsabilidade de integrar o Conselho Escolar, pois este é formado por diversos segmentos da comunidade escolar, como: professores; os demais funcionários da escola; representantes de pais de alunos ou responsáveis; até mesmo representantes dos alunos, caso tenha educação de jovens e adultos. Assim, os membros envolvidos fazem parte do processo educacional no que diz respeito às ideologias da escola, elaboração do projeto político pedagógicos, entre outros, fazendo com que cada segmento possa



contribuir trazendo seus pensamentos e sugestões. Logo, a escola estará funcionando para todos, não só com as ideologias de um diretor, mas de todos do Conselho Escolar.

Dado o entendimento sobre quem deve compor o conselho escolar, veremos a importância do conselho para o desenvolvimento da escola. Uma escola não deve ser dirigida apenas por gestores, pois a devolução é para todos da comunidade, então nada mais viável do que eles mesmo fazendo parte das decisões, com isso, o conselho visa: planejar os estudos; debater questões escolares em andamento; acompanhar os processos escolares; controlar e avaliar as ações da escola; articular as ações; acompanhar os alunos; administrar o financeiro; entre outros. Por isso, é necessário o empenho de todos que fazem parte da comunidade escolar assim como os que fazem parte do sistema de ensino nessa função de democratizar o Conselho Escolar para atender a todos, lembrando que o conselho deve ser o mais transparente possível e também o mais próximo da comunidade. Essa organização escolar tem que ser tomada como uma realidade objetiva, neutra e técnica, portanto, pode ser planejada, organizada e controlada de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência. (LIBÂNEO, 2001).

Sendo assim foi nesta busca de Conselho Escolar Democrático que iniciamos o processo de investigação da UEB Dr. Oliveira Roma em São Luís do Maranhão na espera de intervenção dos pais e da comunidade na esfera educativa, fazendo com que o caminhar da educação seja para benefício da comunidade envolvida.

### **3. DIAGNÓSTICO ESCOLAR**

A UEB. Dr. Oliveira Roma foi fundada em 1968 como Escola Dr. Oliveira Roma por João da Mata de Oliveira Roma. Em 1973, a escola passou para o Município de São Luís, foi reconstruída e inaugurada em 09 de setembro de 1990 quando passou a se chamar UEB. Dr. Oliveira Roma. Esta é localizada no bairro do Recanto dos Vinhais, rua grande, nº 200.

As crianças e jovens atendidos na escola são caracterizados como carentes, oriundos de famílias de baixa renda, pertencentes à área de abrangência, incluindo as chamadas (invasões), nas imediações do Recanto dos Vinhais.



No turno matutino possui salas do 1º ao 5º ano:

- 1º ano são 23 alunos para 1 professor;
- 2º ano são 25 alunos para 1 professor;
- 3º ano são 33 alunos para 1 professor;
- 4º ano são 30 alunos para 1 professor;
- 5º ano são 31 alunos para 1 professor.

No turno vespertino possui salas do 1º ao 5º ano.

- 1º ano são 18 anos para 1 professor;
- 2º ano são 24 alunos para 1 professor;
- 3º ano são 32 alunos para 1 professor;
- 4º ano são 22 alunos para 1 professor;
- 5º ano são 28 alunos para 1 professor.

No noturno, a escola funciona com o sistema de EJA – Educação de Jovens e Adultos, na primeira fase são 17 alunos para 1 professor e na segunda fase são 14 alunos também para 1 professor.

O critério de divisão de cada aluno por sala de aula (ano) é de acordo com a idade do aluno assim como sua escolaridade. Na escola, não existe rodízio de professores nos diferentes anos de ensino, cada professor é colocado em turma de acordo com o seu perfil.

A escola UEB. Dr. Oliveira Roma é dirigida pelo gestor geral, a gestão de trabalho é democrática e realizada de acordo com as diretrizes emanadas da SEMED – Secretaria Municipal de Educação. A escola procura desenvolver atividades a partir da decisão do conselho e a permanência dos membros no conselho escolar é de dois anos. O Conselho Escolar da UEB Dr. Oliveira Roma apresenta Gestão Democrática, este é formado pelo diretor que é o presidente e os representantes dos professores, pais e alunos da EJA, na qual funciona no turno noturno.

A comunidade contribui na democratização, pois os pais sempre estão envolvidos com o conselho e os projetos pedagógicos, assim como eventos e palestras. Tendo assim, resultados



positivos quanto à nossa análise sobre a participação da comunidade no Conselho Escolar, ou seja, na Gestão Democrática.

#### **4. ANÁLISE CRÍTICA**

Fazendo uma análise crítica sobre o tema abordado, notamos que o modelo burocrático que também era chamado de gerencialismo, vem sendo substituído por novas formas de administração. O modelo gerencial democrático veio a partir de mudanças ocorridas na sociedade em geral, assim como essa reforma veio para modificar a legislação, administração pública e estrutura de governo, pautando-se nos exemplos de eficiência e eficácia. Essa reforma gerencial traz melhor qualidade nos serviços e busca pela descentralização administrativa, principal ponto desta reflexão. Foi o que analisamos no sistema da UEB. Dr. Oliveira Roma.

Encontramos nesta pesquisa a descentralização administrativa que é justamente a distribuição do poder do gestor escolar para os diversos segmentos de pessoas que compõe a escola, sendo eles, funcionários cooperativos, professores, alunos e comunidade, todos fazendo parte da administração e não somente o gestor como é no caso da administração centralizada. Isso não quer dizer que o gestor não tenha mais a administração soberana e suas responsabilidades, mas o mesmo continua sendo a pessoa que vai direcionar o conselho, tendo como cargo a presidência do conselho para gerenciar a ordem. Sendo assim, toda instituição escolar precisa de uma estrutura de organização interna com a descentralização administrativa e o Conselho Escolar é derivado disto, tendo como referência legislações específicas do Estado ou Município. É através do Conselho Escolar que se formula o regimento interno, também chamado de Plano Político Pedagógico.

A Gestão Democrática está na Constituição Federal e na LDB como um princípio para a escola pública. Esse tipo de gestão faz participação garantida da comunidade nas tomadas de decisões, e tem gestão centralizada em conselhos de pais, grêmios, entre outros. Busca-se das escolas brasileiras uma gestão que efetivamente participa na escola, discutindo e decidindo coletivamente os caminhos a serem trilhados, pressupõe autonomia e responsabilização pelos resultados tanto da aprendizagem dos alunos, como da avaliação escolar. Na perspectiva do liberalismo econômico, as escolas fazem uma transferência da autoridade dos professores e burocratas para os pais, estudantes e outros representantes da comunidade escolar.



A Gestão Democrática no Conselho Escolar procura atingir a qualidade social referente á educação, tanto suas metas quanto seus objetivos visam não só a aspectos quantitativos, mas principalmente qualitativos. Deve-se considerar também que a qualidade da educação se alcança a partir de alguns aspectos como financiamento público, qualificação de professores e gestão democrático-participativa que valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, pois a escola é ou deveria ser um sistema que atende agregando pessoas, importando a intencionalidade e as interações sociais que acontecem entre elas, o contexto sócio-político, etc. (LIBÂNEO, 2001).

Diante de tais conceitos, encontramos na UEB. Dr. Oliveira Roma um excelente rendimento e uma organização de qualidade. A gestão se mostrou bem articulada para o atendimento de todos e busca meios que envolvem os pais além do Conselho Escolar, como palestras e outros eventos de incentivo. Sendo assim, encerro este relatório com uma frase do Paulo Freire em que diz: *Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. Paulo Freire*

## CONCLUSÃO

Notamos que a comunidade escolar está presente na gestão da UEB. Dr. Oliveira Roma por meio dos Conselhos Escolares. A gestão democrática traz como fundamento o efetivo envolvimento e participação de todos na tomada de decisão do processo administrativo e do planejamento pedagógico. Portanto, só é possível a democratização da gestão se houver a participação da sociedade no processo de formulação e avaliação das políticas educacionais.

Uma política educacional presente na escola analisada é o Plano Político Pedagógico que tem a importância de regulamentar e direcionar os trabalhos internos. Este é criado no Conselho Escolar com o auxílio de todos os representantes e o Plano é caracterizado com a cultura, valores e ideologias da comunidade local.





## REFERÊNCIAS

- FEREIRA, Naura Syria Carapeto. AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. SP, Cortez, 2000.
- HORA, Dinair Leal da. **Gestão Educacional Democrática**. Campinas/SP. Editora Alínea, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia, Editora Alternativa, 2001.
- MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia e Educação: A trajetória de um conceito**. Cadernos de Pesquisa, 2002.
- NETO, Antônio Cabral. **Pontos e Contrapontos da Política Educacional**. Brasília, Liber Livro, 2007.
- NÓVOA, António. **Para uma análise das instituições escolares**. Alexandre Ventura, 1999.